



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

4. GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

4.1 Considerações iniciais

Nesse capítulo será abordada a gestão administrativa do Estado, enfocando as principais modificações ocorridas no ano de 2010. Em seguida, serão apresentados os dados acerca do quadro de pessoal permanente e temporário do Poder Executivo, além de informações concernentes ao quantitativo de cargos efetivos e comissionados.

4.2 Estrutura administrativa do Poder Executivo

Com base nas Leis Orçamentárias Anuais de 2010 e de 2011, respectivamente Lei 13.978/09 e Lei 4.223/10, foi elaborado o quadro a seguir demonstrando a estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual. O citado quadro inclui tanto os órgãos/entidades que integram o Orçamento Fiscal quanto às entidades integrantes do Orçamento de Investimento das Empresas.

Estrutura Administrativa do Poder Executivo – 2010

ÓRGÃOS	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS ADM. DIRETA	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS ADM. INDIRETA
GOVERNADORIA DO ESTADO	<ul style="list-style-type: none">• Gabinete do Governador;• Gabinete do Vice-Governador;• Secretaria Especial da Casa Militar;• Secretaria Especial de Juventude e Emprego;• Secretaria Especial dos Esportes;• Secretaria Especial da Mulher;• Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado;• Secretaria Especial de Imprensa;	<ul style="list-style-type: none">• Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;• Fundo de Aval para Estímulo à Concessão de Microcrédito – FUNAVAL;• Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Administração	<ul style="list-style-type: none">• Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH-PE;• Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI;• Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE;• Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;	<ul style="list-style-type: none">• Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

ÓRGÃOS	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS ADM. DIRETA	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS ADM. INDIRETA
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES. 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento, Justiça e Segurança – FDJS; Fundo de Produção Penitenciária; Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco - IPEM-PE; Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FUNASE.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE
SECRETARIA DA FAZENDA	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Fazenda. 	
SECRETARIA DA CASA CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Casa Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Companhia Editora de Pernambuco – CEPE¹
SECRETARIA DE TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes. 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE
SECRETARIA DE TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Turismo de Pernambuco S/A - EMPETUR
SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE; Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA.
SECRETARIA DE SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde - FES-PE; Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE; Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – LAFEPE¹.
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO; Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC; Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA¹.
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	<ul style="list-style-type: none"> Defensoria Pública do Estado. 	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE; Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A - AD-DIPER; Complexo Industrial e Portuário – SUAPE¹; Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS¹; Porto de Recife S.A. ¹.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional. 	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

ÓRGÃOS	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS ADM. DIRETA	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS ADM. INDIRETA
ARTICULAÇÃO REGIONAL		
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	<ul style="list-style-type: none">• Recursos sob Supervisão da Secretaria de Administração;• Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda.	<ul style="list-style-type: none">• Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAFIN.
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Planejamento e Gestão.	<ul style="list-style-type: none">• Fundo de Desenvolvimento Social – FDS;• Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM;• Fundo de Crédito Prorenda Rural-PE;• Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM.
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none">• Distrito Estadual de Fernando de Noronha;• Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH;• Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE;• Universidade de Pernambuco – UPE.
MINISTÉRIO PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none">• Procuradoria Geral da Justiça.	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	<ul style="list-style-type: none">• Procuradoria Geral do Estado.	
SECRETARIA DAS CIDADES	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria das Cidades.	<ul style="list-style-type: none">• Fundo Estadual de Habitação – FEHAB;• Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PE;• Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB;• Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS¹;• Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM¹.
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Defesa Social.	

Fonte: Lei Orçamentária Anual – 2010 (Lei 13.978/09) e Lei Orçamentária Anual – 2011 (Lei 14.223/10).

Nota: 1- Unidades Orçamentárias que integram o orçamento de investimento das empresas.

No início de 2010 a estrutura administrativa do Estado estava de acordo com o definido pela Lei 13.205/07, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, com as alterações introduzidas pela Lei 13.375/07 e pela Lei 13.968/09.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Ao longo do referido exercício ocorreram alterações na estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual como, por exemplo, criações de órgãos/entidades, mudanças na sua denominação, aprovações e alterações de seus regulamentos, dentre outras. O quadro a seguir elenca a legislação responsável pelas principais alterações.

Principais alterações na legislação – 2010

LEGISLAÇÃO	DATA	EMENTA	ASSUNTO
Portaria SEPLAG n° 029	10/02/10	Altera na classificação institucional do Estado de Pernambuco, no exercício 2010 e subsequentes, a denominação de órgão e unidades orçamentárias correspondente a: Órgão - 24000 Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos; UOs – 00115 Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – Administração Direta e 00310 – Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH.	Altera a denominação de órgão e unidades orçamentárias
Decreto n° 34.616	23/02/10	Aprova o Regulamento da Secretaria de Administração, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria de Administração
Decreto n° 34.680	12/03/10	Aprova o Regulamento Geral do Sistema de Saúde dos Militares do Estado de Pernambuco - SISMEPE, instituído pela Lei n° 13.264, de 29 de junho de 2007, e dá outras providências.	Regulamento Geral do Sistema de Saúde dos Militares do Estado de Pernambuco - SISMEPE
Decreto n° 34.681	12/13/10	Aprova o Regulamento de Promoção de Praças das Corporações Militares do Estado de Pernambuco.	Regulamento de Promoção de Praças das Corporações Militares
Lei n° 14.028	26/03/10	Cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC, e dá outras providências.	Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC
Decreto n° 34.844	19/04/10	Aprova o Regulamento da Secretaria Especial de Juventude e Emprego, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria Especial de Juventude e Emprego
Decreto n° 34.859	20/04/10	Aprova o Regulamento da Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional
Decreto n° 34.860	23/04/10	Aprova o Regulamento da Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC, e dá outras providências.	Regulamento da APAC
Portaria SEPLAG n° 128	11/05/10	Inclui, na Classificação Institucional do Estado de Pernambuco, no exercício de 2010 e subsequentes, vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos, a Autarquia 00313 Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC.	Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

LEGISLAÇÃO	DATA	EMENTA	ASSUNTO
Republicação do Decreto nº 34.844	19/04/10	Aprova o Regulamento da Secretaria Especial de Juventude e Emprego, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria Especial de Juventude e Emprego
Portaria SEPLAG nº 157	04/06/10	Inclui na Classificação Institucional do Estado de Pernambuco, no exercício de 2010 e subsequentes, o Órgão 27000 – Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional, e a Unidade Orçamentária 00130 – Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional - Administração Direta.	
Decreto nº 35.156	11/06/10	Institui a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A., e dá outras providências.	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A
Decreto nº 35.294	07/07/10	Aprova o Regulamento da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos - SRHE, e dá outras providências.	Regulamento da SRHE
Decreto nº 35.361	26/07/10	Aprova o Regulamento da Secretaria Especial de Cultura, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria Especial de Cultura
Decreto nº 35.518	30/08/10	Aprova o Regulamento da Secretaria da Casa Civil, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria da Casa Civil
Decreto nº 35.521	30/08/10	Aprova o Regulamento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco IPEM/PE, e dá outras providências.	Regulamento do IPEM/PE
Lei nº 14.143	01/09/10	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Sociedade de Economia Mista denominada Porto Fluvial de Petrolina S.A., e dá outras providências.	Porto Fluvial de Petrolina S.A
Decreto nº 35.605	21/09/10	Altera o Decreto nº 30.220, de 15 de fevereiro de 2007, e alterações, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Decreto nº 35.606	21/09/10	Altera o Decreto nº 31.712, de 24 de abril de 2008, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Turismo, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria de Turismo
Decreto nº 35.681	13/10/10	Aprova o Regulamento da Secretaria de Educação, e dá outras providências.	Regulamento da Secretaria de Educação
Decreto nº 35.789	28/10/10	Aprova o Estatuto do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, e dá outras providências.	Estatuto do IPA
Portaria SEPLAG nº 320	24/11/10	Inclui na Classificação Institucional do Estado de Pernambuco, no exercício de 2010 e subsequentes, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Empresa a seguir discriminada: 00611 - Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A.	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Destacam-se as seguintes alterações:

- Por meio da Portaria SEPLAG 029/10 houve alteração da denominação de órgão e unidade orçamentária na classificação institucional do estado, passando a se chamar Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos e Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH;
- Por meio da Lei 14.028/10 foi criada a Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC, vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos;
- Através do Decreto 35.156/10 foi instituída a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- A Lei 14.143/10 autoriza o Poder Executivo a constituir a Sociedade de Economia Mista denominada Porto Fluvial de Petrolina S.A.

4.3 Quantitativo de pessoal e de cargos do Poder Executivo

Ao final do exercício de 2010, o Poder Executivo apresentava um quantitativo total de 104.452 servidores ocupantes de cargos efetivos, além de 24.965 contratados temporários¹ e 7.552 empregados públicos², conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração através dos Ofícios SAD 382/2011-GSAD e 522/2011 – GSAD³.

¹ A Constituição Federal consagrou, no artigo 37, inciso II, o concurso público como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública federal, estadual e municipal, ressalvada as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Entretanto, o legislador constitucional abriu uma *exceção na redação do inciso IX, do artigo 37*, que assim dispõe: “a lei estabelecerá casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”. Dessa forma, prevendo o surgimento de situações inusitadas em que prevalece o interesse público, tornou possível a ocorrência de contratações excepcionais por tempo determinado para atender necessidade temporária. Há que se ressaltar, que esses *servidores temporários são contratados para exercer uma função temporária na administração pública*, portanto, não ocupam cargo ou emprego público.

² Os *empregados públicos* são contratados sob regime de legislação trabalhista e são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Embora subordinados à CLT, submetem-se às normas constitucionais previstas no capítulo VII, do Título III, da Constituição Federal, dentre essas, o ingresso no serviço público mediante processo seletivo por via de concurso.

³ O Ofício SAD 522/2011-GSAD retificou dados informados no Ofício SAD 382/2011-GSAD.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em relação ao quantitativo de cargos efetivos, o Poder Executivo apresentava ao final do exercício de 2010, o total de 133.140 cargos criados e 104.452 ocupados, existindo 28.688 cargos vagos, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Administração através do Ofício SAD 522/2011 - GSAD.

No tocante ao quantitativo de cargos comissionados⁴, o Poder Executivo apresentava o total de 2.647 cargos ocupados ao final do exercício de 2010, conforme informado pela Secretaria de Administração através do Ofício SAD 406/2011 – GSAD.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo total de pessoal e de cargos existentes, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, em 31.12.2010.

Poder Executivo
Quantitativo de Pessoal e de Cargos - em 31.12.2010

PODER EXECUTIVO	PESSOAL			CARGOS			
	Servidores Efetivos	* Contratados temporários	Empregados Públicos	Efetivos			Comissionados ocupados
criados				ocupados	vagos		
I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
Sec. de Educação	36.712	18.025	-	47.334	36.712	10.622	380
Sec. de Saúde	22.995	2.818	-	25.377	22.995	2.382	450
Polícia Militar	18.590	45	-	24.372	18.590	5.782	28
Sec. de Defesa Social	6.162	4	-	11.729	6.162	5.567	91
Corpo de Bombeiros Militar	2.604	0	-	4.891	2.604	2.287	3
Sec. de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	1.472	257	-	2.220	1.472	748	105
Sec. da Fazenda	1.560	5	-	1.821	1.560	261	164
Sec. de Agricultura e Reforma Agrária	652	127	-	652	652	0	50
Sec. de Administração	546	400	-	641	546	95	85
Procuradoria Geral do Estado	198	14	-	240	198	42	32
Sec. da Casa Civil	108	0	-	108	108	0	63
Sec. de Planejamento e Gestão	92	117	-	220	92	128	86

⁴ A Administração Pública pode preencher parte dos seus cargos por meio do provimento em comissão. Esses cargos destinam-se às atribuições de direção e chefia; bem como de assessoramento, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete; e outros cargos, cujo provimento, em virtude da Lei, dependa de confiança pessoal. Diferentemente dos cargos de provimento efetivo que são preenchidos por meio de processo seletivo, através de concurso público, os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, podendo ser ocupado por qualquer pessoa, por livre escolha do governante, respeitados os requisitos e as qualificações estabelecidas em lei para cada caso.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

PODER EXECUTIVO	PESSOAL			CARGOS			
	Servidores Efetivos	* Contratados temporários	Empregados Públicos	Efetivos			Comissionados ocupados
				criados	ocupados	vagos	
II. ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
Sec. de Transportes	82	0	-	82	82	0	25
Sec. de Desenvolvimento Econômico	61	0	-	61	61	0	40
Sec. Especial da Controladoria Geral do Estado	50	14	-	180	50	130	37
Sec. de Ciência, Tec. e Meio Ambiente	12	162	-	12	12	0	27
Sec. Especial da Casa Militar	1	0	-	1	1	0	10
Sec. Especial de Juventude e Emprego	0	128	-	0	0	0	27
Sec. Especial da Mulher	0	48	-	0	0	0	33
Sec. de Recursos Hídricos	0	38	-	0	0	0	49
Sec. das Cidades	0	38	-	0	0	0	28
Governadoria	0	0	-	0	0	0	128
Sec. Executiva de Ressocialização	0	0	-	0	0	0	52
Secretaria de Turismo	0	0	-	0	0	0	40
Secretaria Especial de Imprensa	0	0	-	0	0	0	33
Vice-Governadoria	0	0	-	0	0	0	25
Secretaria Especial dos Esportes	0	0	-	0	0	0	21
Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional	0	0	-	0	0	0	16
Conservatório Pernambucano de Música	0	0	-	0	0	0	8
Defensoria Pública	0	0	-	0	0	0	3
TOTAL ADM. DIRETA (I):	91.897	22.240	-	119.941	91.897	28.044	2.139
II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA							
1. Autarquias:							
1.1 IRH-PE	2.321	544	-	2.321	2.321	0	51
1.2 DETRAN	1.555	0	-	1.753	1.555	198	66
1.3 DER-PE	1.369	0	-	1.369	1.369	0	36
1.4 CPRH	208	0	114	300	208	92	24
1.5 ATI	163	0	353	218	163	55	12
1.6 ARPE	0	10	-	94	0	94	36
1.7 APAC	0	0	-	93	0	93	15
1.8 IPEM	70	21	-	70	70	0	22
1.9 JUCEPE	60	8	-	70	60	10	20
1.10 CONDEPE/FIDEM	0	42	-	0	0	0	38
1.11 Distrito Estadual de Fernando de Noronha	0	356	-	0	0	0	56



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

PODER EXECUTIVO	PESSOAL			CARGOS			Comissionados ocupados
	Servidores Efetivos	* Contratados temporários	Empregados Públicos	Efetivos			
II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				criados	ocupados	vagos	
2. Fundações:							
2.1 UPE	5.034	0	15	5.034	5.034	0	53
2.2 FUNASE	1.009	1.303	6	1.009	1.009	0	7
2.3 HEMOPE	657	284	6	759	657	102	14
2.4 FUNDARPE	109	27	-	109	109	0	25
2.5 FACEPE	0	19	-	0	0	0	9
2.6 FUNAPE	0	10	-	0	0	0	24
3. Empresa Pública e Sociedade de Econ. Mista:							
3.1 COMPESA	-	0	3.852	-	-	-	-
3.2 PERPART	-	0	1.080	-	-	-	-
3.3 IPA	-	63	753	-	-	-	-
3.4 EMPETUR	-	0	171	-	-	-	-
3.5 LAFEPE	-	0	581	-	-	-	-
3.6 GRANDE RECIFE (EMTU)	-	0	253	-	-	-	-
3.7 PORTO DO RECIFE	-	0	106	-	-	-	-
3.8 SUAPE	-	0	91	-	-	-	-
3.9 COPERGÁS	-	0	71	-	-	-	-
3.10 AD DIPER	-	0	61	-	-	-	-
3.12 CEPE	-	0	39	-	-	-	-
3.13 CEHAB	-	38	0	-	-	-	-
TOTAL ADM. INDIRETA (II):	12.555	2.725	7.552	13.199	12.555	644	508
Total (I+II):	104.452	24.965	7.552	133.140	104.452	28.688	2.647

Fonte: Ofícios SAD 382/2011 – GSAD, SAD 406/2011 – GSAD /SAD 522/2011 – GSAD da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Notas: (*) - Quantitativo total de contratados temporários existentes ao final do exercício, cujos contratos encontravam - se em vigor em 31.12.2010, conforme informações fornecidas Ofício SAD 382/2011 – GSAD, Anexo II.

A partir da composição do quantitativo de pessoal e de cargos existentes no âmbito do Poder Executivo, ao final do exercício de 2010, é possível tecer alguns comentários esposados a seguir.

Em relação ao quantitativo de *servidores efetivos*, as Secretaria de Educação (36.712), Saúde (22.995) e Polícia Militar (18.590) concentravam juntas 74,96 % do quantitativo total desses servidores (104.452).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

No tocante ao quantitativo de *contratados temporários*, a maior parte se encontrava na Secretaria de Educação, no total de 18.025 contratados. Desse total, 17.548 foram contratados para função de professor, enquanto existiam 7.461 cargos vagos de professor, conforme informado pela Secretaria de Administração através do Ofício SAD 522/2011 – GSAD.

Comparando-se o *quantitativo de contratados temporários em relação ao de servidores efetivos*, observou-se que:

- Na Secretaria de Educação, a relação entre o quantitativo de servidores contratados temporários (18.025) e o de servidores ocupantes de cargos efetivos (36.712) representava quase 50% do seu quadro de servidores efetivos;
- Na Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE: o quantitativo de servidores contratados temporários (1.303) superava o de servidores efetivos de seu próprio quadro (1.009);
- Na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente: existiam 162 contratados temporários ao passo que o quantitativo de servidores efetivos era de apenas 12;
- No Distrito Estadual de Fernando de Noronha: existiam 356 servidores contratados temporários e nenhum servidor efetivo do quadro próprio dessa autarquia, visto que não existia cargo efetivo criado.

No que se refere ao quantitativo de *cargos efetivos criados e vagos*, destaca-se que:

- A Secretaria de Educação apresentava o maior quantitativo de cargos vagos, no total de 10.622, correspondente a 22,44 % do total de seus cargos criados (47.334).
- Na Polícia Militar, havia 5.782 cargos vagos, correspondente a 23,72% do total de seus cargos criados (24.372);
- Na Secretaria de Defesa Social, existiam 5.567 cargos vagos, equivalente a 47,46% dos seus cargos criados (11.729);
- No Corpo de Bombeiros Militar, existiam 2.287 cargos vagos, representando 46,76% do total de seus cargos criados (2.287);
- A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direito Humanos apresentava o 748 cargos vagos, correspondente a 33,69 % dos cargos criados;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

- A ARPE apresentava todos os seus cargos criados ainda vagos, no total de 94 cargos.

Comparando-se ainda o quantitativo de *cargos efetivos vagos em relação ao quantitativo de contratados temporários por função*, constatou-se que:

- Do quantitativo total de 10.622 cargos vagos existente na Secretaria de Educação, a maior parte dos cargos vagos era para professor, existindo 7.461⁵ vagos. Ao mesmo tempo, existiam 17.548 contratados temporários para função de professor, conforme relatado no item 4.3.2 desse capítulo.
- A Secretaria de Saúde apresentava 2.382 cargos vagos, a maior parte desses cargos era para assistente em saúde (1.207) e analista em saúde (596)⁶, que exigem formação em ensino médio e superior respectivamente⁷. Ao mesmo tempo, existiam 1.409 contratados temporários para função de técnico de enfermagem e 503 para função de enfermeiro, cujas funções estão relacionadas aos cargos de assistente em saúde e analista em saúde respectivamente, conforme se depreende da LC 84/2006, artigos 8º e 9º c/c a Lei 12.658/2004, artigo 2º.⁸

Com referência ao quantitativo de *cargos comissionados*, a maior parte se encontrava no âmbito da administração direta (2.139 cargos comissionados). As Secretarias de Saúde (450 cargos), de Educação (380 cargos), da Fazenda (164 cargos) e Governadoria (128 cargos) concentravam 1.122 cargos comissionados, ou seja, 52,45 % do quantitativo total da administração direta.

Observou-se ainda, que alguns órgãos apresentavam quantitativo de cargos comissionados, mas nenhum cargo efetivo em seu quadro. Tal situação observou-se especialmente na Governadoria (128 cargos comissionados), na Secretaria de Ressocialização (52 cargos comissionados), na Secretaria de Recursos Hídricos (49 cargos comissionados), na Secretaria de Turismo (40 cargos comissionados), além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (56 cargos comissionados).

⁵ Conforme informado pela Secretaria de Administração através do Ofício SAD 522/2011 – GSAD, item b.

⁶ Conforme informações fornecidas pelo Ofício SAD 522/2011 – GSAD, item a .

⁷ Conforme disposto na Lei Complementar 84/2006, artigo 9º, *caput*.

⁸ A partir da LC 84/2006 as diversas funções e cargos de nível médio, integrantes do Grupo Ocupacional Saúde Pública da Secretaria de Saúde do Estado, previstas no artigo 2º da Lei 12.658/2004, foram agrupadas no cargo de assistente em saúde, inclusive técnico em enfermagem. Da mesma forma, as diversos funções e cargos de nível superior integrantes do Grupo Ocupacional Saúde Pública da SES, exceto médico, foram agrupadas no cargo de Analista em Saúde.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Por fim, em relação ao quantitativo total de 7.552 *empregados públicos*, a maior parte se encontrava na COMPESA (3.852 empregados) e PERPART (1.080 empregados), que concentravam 65,31% do total de empregados públicos do Estado.

4.3.1 Servidores efetivos à disposição

Do quantitativo total de 104.452 servidores ocupantes de cargos efetivos existente no âmbito do Poder Executivo, ao final do exercício de 2010, há que se destacar o quantitativo de servidores posto à disposição, apresentado na tabela a seguir.

Quantitativo de servidores efetivos à disposição em dezembro/2010

I. Administração Direta	I. Quantitativo de servidores efetivos *	II. Quantitativo posto à disposição	Relação (II/I)
Órgão:			
Secretaria de Educação	36.712	1.312	3,57 %
Secretaria de Saúde	22.995	463	2,01 %
Polícia Militar	18.590	51	0,27 %
Secretaria de Defesa Social	6.162	67	1,09 %
Corpo de Bombeiros Militar	2.604	2	0,08 %
Secretaria da Fazenda	1.560	61	3,91 %
Sec. de Desenv. Social e Direitos Humanos	1.472	303	20,58 %
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	652	128	19,63 %
Secretaria de Administração	546	100	18,32 %
Procuradoria Geral do Estado	198	13	6,57 %
Secretaria da Casa Civil	108	37	34,26 %
Secretaria de Planejamento e Gestão	92	29	31,52 %
Secretaria de Transportes	82	39	47,56 %
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	61	18	29,51 %
Secretaria da Controladoria Geral do Estado	50	0	-
Sec. de Ciência, Tec. e Meio Ambiente	12	7	58,33 %
Secretaria Especial da Casa Militar	1	0	-
Sub - total (I):	91.897	2.630	2,86
II. Administração Indireta	Quantitativo de servidores efetivos	Quantitativo posto à disposição	Relação (II/I)
Entidades:			
1. Autarquias			
1.1 IRH-PE	2.321	1.105	47,61 %
1.2 DETRAN	1.555	31	1,99 %
1.3 DER-PE	1.369	169	12,34 %
1.4 CPRH	208	2	0,96 %
1.5 ATI	163	25	15,34 %



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

II. Administração Indireta (continuação)	Quantitativo de servidores efetivos	Quantitativo posto à disposição	Relação (II/I)
Órgão:			
1. Autarquias (continuação)			
1.6 IPEM	70	3	4,29%
1.7 JUCEPE	60	2	3,33%
2. Fundações:			
2.1 UPE	5.034	40	0,79%
2.2 FUNASE	1.009	430	42,62%
2.3 HEMOPE	657	7	1,07%
2.4 FUNDARPE	109	23	21,10%
Sub-total (II):	12.555	1.837	14,63%
Total Geral (I+II):	104.452	4.467	4,28%

Fonte: Ofício SAD 522/2011 – GSAD

Nota: O quantitativo de servidores efetivos é igual ao de cargos efetivos ocupados, vinculado a cada órgão da administração direta e entidade da administração indireta.

No tocante ao quantitativo de servidores efetivos postos à disposição, observa-se que os órgãos/entidades que mais cederam servidores efetivos foram respectivamente a Secretaria de Educação (1.312 servidores), IRH (1.105 servidores), Secretaria de Saúde (463 servidores) e FUNASE (430 servidores).

Quanto à relação percentual entre o total de servidores cedidos por cada órgão e entidade e o seu respectivo quadro de servidores ocupantes de cargos efetivos, identificou-se os maiores percentuais nas Secretarias de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (58,33 %), Secretaria Transportes (47,56 %), Casa Civil (34,26 %) e Secretaria de Planejamento e Gestão (31,52 %). Dentre as entidades da administração indireta, destaca-se o IRH-PE (47,61%) e a FUNASE (42,62%).

4.3.2 Contratados temporários por função

As Secretarias de Educação e Saúde e a Fundação de Atendimento Socioeducativo-FUNASE concentram 88,71% do quantitativo total de contratados temporários, existentes ao final do exercício de 2010, no âmbito do Poder Executivo.

O quantitativo por função dos contratados temporários por essas unidades gestoras é apresentado na tabela a seguir.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Quantitativo por função dos contratados temporários
Em dezembro de 2010

Órgão/Entidade:	Função	Quantitativo
Sec. de Educação	Professor	17.548
	Técnico em gestão educacional	185
	Técnico de nível médio	68
	Analista de obra	61
	Outras:	163
	<i>Total:</i>	<i>18.025</i>
Sec. de Saúde	Técnico de enfermagem	1.409
	Enfermeiro	530
	Médico	287
	Assistente Social	137
	Outras:	455
	<i>Total:</i>	<i>2.818</i>
FUNASE	Agente sócioeducativo	1.186
	Assistente sócioeducativo	78
	Outras:	39
	<i>Total:</i>	<i>1.303</i>

Fonte: Ofício SAD 522/2011 – GSAD

Dentre as contratações temporárias realizadas pela Secretaria de Educação, observa-se que a maior parte ocorreu para função de professor no total de 17.548 contratados.

Na Secretaria de Saúde, as funções que concentravam o maior número de contratados eram as de técnico de enfermagem (1.409 contratados) e enfermeiro (530 contratados), o que representa 68,81% do total de contratados temporários por essa Secretaria.

Na FUNASE, a maior parte das contratações ocorreu para função de agente sócioeducativo, no total de 1.186 contratados, em torno de 91% do total de contratados temporários por essa fundação.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

4.3.3 Cargos comissionados por símbolo e remuneração

A remuneração do cargo comissionado é composta por duas parcelas, a saber: vencimento e verba de representação⁹. Os cargos em comissão do Poder Executivo do Estado estão divididos em dois grupos, conforme disposto na Lei Estadual 13.205, de 19 de janeiro de 2007, a saber:

1. *Cargos de direção superior - símbolo CDA*, classificados em 5 níveis: CDA-1, CDA-2, CDA-3, CDA-4 e CDA-5.
2. *Cargos de apoio e assessoramento - símbolo CAA*, classificados em 7 níveis: CAA-1, CAA-2, CAA-3, CAA-4, CAA-5, CAA-6 e CAA-7.

Os valores da remuneração dos cargos comissionados, vigentes em 2010, constam na tabela a seguir.

Remuneração dos cargos comissionados do Poder Executivo

Em R\$ 1,00

SÍMBOLO	Vencimento	Verba de Representação	Valor
CDA (subsídio)	-	-	7.000,00
CDA-1	2.200,14	4.400,27	6.600,41
CDA-2	1.612,70	3.227,60	4.840,30
CDA-3	1.356,38	2.713,87	4.070,25
CDA-4	1.246,38	2.493,85	3.740,23
CDA-5	990,06	1.980,12	2.970,18
CAA-1	1.026,36	2.053,83	3.080,19
CAA-2	732,65	1.467,49	2.200,14
CAA-3	476,33	953,76	1.430,09
CAA-4	292,62	587,44	880,06
CAA-5	256,32	513,73	770,05
CAA-6	201,31	403,72	605,03
CAA-7	165,01	330,02	495,03

Nota: Os valores das parcelas que compõem a remuneração dos cargos comissionados foram estabelecidos pela Lei Estadual 13.205/2007.

⁹ Caso o ocupante de cargo efetivo seja nomeado para um cargo comissionado, esse poderá optar pela percepção do vencimento e da verba de representação do cargo comissionado ou pela verba de representação do cargo comissionado com o vencimento do cargo efetivo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Ao final do exercício de 2010, a administração direta e indireta (autarquias e fundações) do Poder Executivo apresentava um total de 2.647 cargos em comissão ocupados, distribuído por órgão e entidade do Poder Executivo, conforme consta na tabela a seguir.

**Quantitativo de cargos comissionados por símbolo
em dezembro de 2010**

I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	CDA	CAA	TOTAL
Secretaria de Saúde	184	266	450
Secretaria de Educação	86	294	380
Secretaria da Fazenda	31	133	164
Governadoria do Estado	48	80	128
Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	35	70	105
Secretaria de Defesa Social	45	46	91
Secretaria de Planejamento e Gestão	50	36	86
Secretaria de Administração	40	45	85
Casa Civil	22	41	63
Secretaria Executiva de Ressocialização	26	26	52
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	25	25	50
Secretaria de Recursos Hídricos	28	21	49
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	22	18	40
Secretaria de Turismo	23	17	40
Controladoria Geral do Estado	13	24	37
Secretaria Especial de Imprensa	10	23	33
Secretaria Especial da Mulher	11	22	33
Procuradoria Geral do Estado	13	19	32
Secretaria das Cidades	8	20	28
Polícia Militar de Pernambuco	19	9	28
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	14	13	27
Secretaria Especial de Juventude e Emprego	12	15	27
Secretaria de Transportes	15	10	25
Vice-Governadoria	4	21	25
Secretaria Especial dos Esportes	7	14	21
Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional	10	6	16
Secretaria Especial da Casa Militar	2	8	10
Conservatório Pernambucano de Música	3	5	8
Bombeiro Militar de Pernambuco	3	0	3
Defensoria Pública	0	3	3
Subtotal(I):	809	1.330	2.139



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

I. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CDA	CAA	TOTAL
Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN	29	37	66
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	13	43	56
Fundação da Universidade de Pernambuco - UPE	43	10	53
Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco – IRH	12	39	51
Agência Est. de Planejamento e Pesquisas de PE – CONDEPE/FIDEM	29	9	38
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de PE – ARPE	18	18	36
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de PE – DER	24	12	36
Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de PE - FUNDARPE	15	10	25
Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH	13	11	24
Fundação de Apos. e Pensões dos Serv. do Estado de PE – FUNAPE	8	16	24
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de PE – IPEM-PE	11	11	22
Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE	8	12	20
Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC	12	3	15
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de PE – HEMOPE	10	4	14
Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI	9	3	12
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de PE – FACEPE	5	4	9
Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE	4	3	7
Subtotal (II):	263	245	508
TOTAL (I+II):	1.072	1.575	2.647

Fonte: Ofício SAD 406/2011 – GSAD da Secretaria de Administração

A maior parte dos cargos comissionados encontrava-se no âmbito da administração direta (2.139 cargos comissionados). Destaca-se que, as Secretarias de Saúde (450 cargos), de Educação (380 cargos), da Fazenda (164 cargos) e Governadoria (128 cargos) concentravam 1.122 cargos comissionados, ou seja, 52,45 % do quantitativo total da administração direta.

4.3.4 Evolução do quantitativo de cargo comissionados

A Lei Complementar 49, de 31 de janeiro de 2003, reduziu o quantitativo total de cargos comissionados de 1.430¹⁰ para 1.318 cargos no âmbito do Poder Executivo do Estado. Todavia, essa redução não se manteve nos anos seguintes, voltando a serem editadas leis que aumentaram o quantitativo desses cargos.

¹⁰ Conforme relatório de prestação de contas do Governo do Estado de Pernambuco - Exercício 2003. Processo nº TC 1103199-2 Exercício 2010



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Ao final de 2006, o Poder Executivo apresentava um total de 2.062¹¹ cargos comissionados ocupados, portanto, houve um aumento de 744 cargos em relação ao quantitativo fixado inicialmente na LC 49/2003 (1.318 cargos).

No ano seguinte, foi editada a Lei Estadual 13.205, de 19 de janeiro de 2007, fixando o quantitativo total dos cargos comissionados do Poder Executivo em 2.070 cargos, sendo alterado posteriormente por diversas leis que voltaram a aumentar o quantitativo desses cargos.

Dessa forma, ao final do exercício de 2010, o Poder Executivo apresentava um total de 2.647 cargos comissionados ocupados, revelando um aumento de 577 cargos em relação ao quantitativo fixado na Lei 13.205/2007 (2.070 cargos), conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quantitativo de cargos em comissão
Exercícios 2007/2010

Símbolo	2007 (I)	2010 (II)	Varição (II - I)
CDA	842	1.072	230
CAA	1.228	1.575	347
Total:	2.070	2.647	577

Fonte: Ofício SAD 406/2011 – GSAD da Sec. de Administração e
Lei 13.205/2007 (exercício 2007)

Há que se destacar que o aumento do quantitativo dos cargos comissionados ocorreu especialmente na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Educação, conforme esposado a seguir.

Na Secretaria de Saúde, ao final de 2007, o quantitativo de cargos comissionados era de 112 cargos¹². Ao final de 2010, esse quantitativo mais que triplicou, passando para 450 cargos, assim, houve um aumento de 338 cargos nesse período.

Na Secretaria de Educação, ao final de 2007, o quantitativo de cargos comissionados era de 197 cargos¹³. Ao final de 2010, o quantitativo quase dobrou, passando para 380 cargos, portanto, houve um aumento de 183 cargos no período.

¹¹ Conforme relatório de prestação de contas do Governo do Estado de Pernambuco - Exercício 2006.

¹² Conforme relatório de prestação de contas do Governo do Estado de Pernambuco - Exercício 2007.

¹³ Idem.